

Lanterninha na corrida verde

Categories : [Reportagens](#)

Nos três anos em que a prefeitura do Rio de Janeiro e o Comitê Olímpico trabalharam para estruturar a realização dos Jogos Panamericanos na cidade, a questão ambiental quase não foi levada em conta. O foco das decisões se manteve nas práticas esportivas, obras, sistemas de logística e finanças. Este ano, com o aquecimento global virando figurinha fácil na mídia – e capturando inclusive a atenção do [prefeito Cesar Maia](#) – a organização decidiu de última hora investir em um projeto de plantio de árvores. Pela falta de embasamento, entretanto, ele dificilmente absorverá as emissões das três usinas termelétricas responsáveis pela segurança energética do evento.

Um cálculo simplificado feito pela empresa de consultoria Max Ambiental, que dá certificações de neutralização de carbono, mostra que para compensar as emissões de três usinas “extras” que serão empregadas para assegurar a energia do Pan, seriam necessárias cerca de 174 mil árvores. Os projetos de plantio do Pan dão conta apenas de 100 mil.

Francisco Maciel, diretor da Ong Iniciativa Verde, diz que o projeto de mitigação de emissões do Pan é “o mais torto” que ele já viu. A Ong foi procurada pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente para formular os inventários do projeto, mas não aceitou a proposta. Não seria divulgado nenhum tipo de dado prévio, incluindo o orçamento previsto para a sua execução.

Além da falta de informações claras, Maciel critica a falta de um estudo aprofundado do novo ecossistema a ser constituído no local. “Não faz sentido plantarem mudas baratas do viveiro da cidade, que daqui a dez anos podem morrer. É necessário saber quem garantirá o período de berçário e manutenção das árvores”, diz. Segundo ele, as árvores só chegam no ápice de seqüestro de carbono depois de cerca de 40 anos.

Plano

A melhor forma de fazer bem à atmosfera com o Pan seria emitindo o mínimo possível de gases do efeito estufa. Mas, discutido no dia 20 de junho, o plano de contingenciamento energético dos jogos determinou que três usinas térmicas – duas com funcionamento a gás (Eletrobolt e Termorio) e uma a óleo combustível (Santa Cruz) - serão acionadas para garantir que o sistema não sofra um excesso de carga. De acordo com o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), a Termorio disponibilizará uma potência de até 160 MW que funcionará 24 horas por dia durante os 17 dias do evento. A produção dessa quantidade de energia, obtida através da queima de gás natural, vai gerar aproximadamente 7.990 toneladas de carbono. Só a térmica Santa Cruz, movida a óleo combustível e funcionando diariamente a uma potência média de 100 MW, expelirá, ao final da atividade, aproximadamente 8.855 toneladas de carbono na atmosfera.

O assistente de direção da ONS, Cláudio Carneiro, justifica o acionamento da usina a óleo por condições técnicas e financeiras mais adequadas. “Nos procedimentos que fornecem segurança adicional procuramos operar sob o menor custo. A Santa Cruz será acionada em função da sua configuração de transmissão e por estar localizada perto do evento”, diz ele. Segundo Carneiro, o Comitê Olímpico e a prefeitura não priorizaram requisitos ambientais durante as escolhas energéticas. Houve apenas “bom-senso”. “O comitê do Pan que deveria direcionar esse ponto. Como eles quiseram segurança no fornecimento, essas eram as condições”, conclui.

Responsável por projetos de mitigação da prefeitura, o presidente do Instituto Pereira Passos, [Sérgio Besserman](#), diz que as emissões de carbono seriam combatidas com plantações de árvores e também “todas as medidas ao alcance da organização”. O anúncio da proposta de zerar as emissões do evento, entretanto, foi feito pelo prefeito César Maia apenas em 13 de fevereiro deste ano. Besserman justifica o atraso: “A questão da sustentabilidade e das emissões entrou na agenda (do Pan) junto com o momento em que a opinião pública começou a exercer cobranças nesse sentido”, explica. Mas como o planejamento durou anos, algumas iniciativas não se concretizaram. “Isso considerado, o importante é assegurar que haja compensação”, diz.

O projeto “Corredor verde do Pan” - carro chefe das mitigações de emissões coordenados pela prefeitura – terá um plantio estimado em 100 mil árvores para a cobertura da área inicial prevista. Na iniciativa menor do “Bosque do Pan”, que terá lugar na Barra da Tijuca, está previsto o plantio de 400 mudas, além desse número. De acordo com a secretaria municipal de meio ambiente, o projeto Corredor Verde não tem previsões de conclusão, e os plantios serão executados continuamente a partir da abertura do “Corredor verde do Pan”.

Dúvidas

O “Corredor Verde do Pan” prevê o plantio de mudas nativas da Mata Atlântica em 40 hectares de uma área localizada entre o Parque Nacional da Tijuca e o Parque Estadual da Pedra Branca. A idéia, segundo a Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMAC), é criar uma “ponte ecológica” entre os parques dotada de 5.500 metros de delimitadores físicos ou “Eco-limites”. Essa será apenas uma etapa inicial de um projeto maior, o “Corredor Verde”, que estabelece através de um decreto municipal (27.208 de 25/10/2006) o plantio de árvores em uma área de 3.449 hectares, relativa ao entorno dos maciços.

A cerimônia que simbolizaria o início do projeto “Corredor Verde do Pan”, marcada inicialmente para 29 de junho, foi cancelada devido ao tempo chuvoso. Estavam sendo esperados representantes do governo do Estado e das empresas envolvidas no projeto. Segundo a secretaria, não há previsão para a nova data do plantio simbólico. Ela informou também que os inventários de avaliação do local - que têm como objetivo determinar biologicamente como o projeto será implantado – já tinham começado a ser feitos pela COPPE/UFRJ. Mas a assessoria de imprensa da instituição alega que o acordo com a prefeitura não está fechado ainda. Diz que a

função da COPPE não está completamente esclarecida.